

O USO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO SOBRE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.

Geilson Carlos de Lima Araújo; Pedro Costa Lima; Larissa Nóbrega Rodrigues; Juliana de Sales Landim; Berenice Ferreira Ramos
Universidade Federal de Campina Grande – Geilson.arj@gmail.com

Introdução

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são um conjunto de práticas não convencionais, enriquecido com um forte sincretismo que abarca métodos singulares de diagnóstico e tratamento, baseados na natureza e aspectos naturalistas, que objetivam o estabelecimento de um estado de bem-estar físico, social, mental, emocional, espiritual e energético ao estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde, ao se utilizar de métodos eficazes e seguros, enfatizando a escuta acolhedora e o desenvolvimento do vínculo terapêutico para a promoção do cuidado humano (MONTEIRO, 2012) (SCHVEITZER; ESPER; SILVA, 2012) (ANDRADE; COSTA, 2012). A execução do presente trabalho justifica-se na real necessidade de dados epidemiológicos que representem a população brasileira, associados a esforços e ações que contribuam para a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (MONTEIRO, 2012) (NETO; FARIA; FIGUEIREDO, 2009) (THIAGO; TESSER, 2011), uma vez que a maioria dos trabalhos na área concentra-se principalmente no continente europeu (CONTATORE et. al., 2015). Essas práticas são capazes de promover uma verdadeira ressignificação na forma de tratar o indivíduo, ao trazer uma nova forma de abordagem e de terapêuticas que enxergam o homem sob um prisma holístico, tomando como baliza a perspectiva vitalista, centrada no paciente, focada no doente e não na doença, enxergando o indivíduo sob um prisma integrador (SCHVEITZER; ESPER; SILVA, 2012). Diferentemente do engessado modelo biomédico, atualmente hegemônico no ocidente, as práticas integrativas veem o indivíduo de forma singular na sua subjetividade, visando o uso de métodos naturais de prevenção e recuperação, ampliando a visão acerca do processo saúde-doença e atuando ativamente na promoção do cuidado e na melhora contínua e preventiva do estado de saúde (ISCHKANIAN; PELICIONI, 2012) (SCHVEITZER; ESPER; SILVA, 2012). Nesse sentido, as PICS, também conhecidas por “Medicina Tradicional e Complementar / Alternativa” (MC / MCA) (NETO; FARIA; FIGUEIREDO, 2009) e “Medicina Alternativa e Complementar” (MAC) (MONTEIRO, 2012), foram instituídas como formas de cuidado e terapêuticas oferecidas pelo Sistema Único de Saúde

(SUS), a partir de 2006, dentro da “Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares” (PNPIC), a qual trata da necessidade de se conhecer, apoiar, incorporar e implementar experiências desenvolvidas na rede pública, consistindo uma resposta ao desejo da população, manifesto nas recomendações de conferências nacionais de saúde, desde 1988 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006) (ISCHKANIAN; PELICIONI, 2012). Diante disso, muitos estados e municípios tiveram o embasamento que necessitavam para adotar e, em alguns casos, ampliar a oferta dessas novas formas de cuidado aos usuários da rede, principalmente na Atenção Primária à Saúde (APS) / Atenção Básica (TELESI JÚNIOR, 2016) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008), oferecendo-lhes um leque de opções terapêuticas, para que eles tenham uma maior autonomia na escolha de seu tratamento, de acordo com a indicação técnica e, também, as suas crenças e preferências, de maneira a empoderar o usuário para que ele seja coparticipe na construção do seu bem-estar. Dessa forma, objetiva-se, com esse estudo, traçar um panorama acerca da inserção das PICS no município de Campina Grande, Paraíba, no qual foi criada a “Comissão Intersetorial para Elaboração da Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares” (CIPMPIC), que está sendo responsável pela elaboração da minuta de lei para a criação e inserção oficial da “Política Municipal de Práticas Integrativas, Complementares e Naturais em Saúde de Campina Grande” (PMPICNS). A política municipal irá ser incluída no organograma da secretaria municipal de saúde e servirá de amparo legal às ações das PICS no âmbito municipal, sendo o setor responsável pela implantação do “Centro de Práticas Integrativas, Complementares e Naturais em Saúde de Campina Grande”, o qual funcionará como referência técnica para a política e para a rede de serviços de saúde, oferecendo os serviços de Acupuntura, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Bioenergética, Biomagnetismo, Dança Circular, Do-in, Fitoterapia, Homeopatia, Iridologia, Medicina Antroposófica, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reiki, Reflexoterapia, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga. O centro também atuará como espaço de divulgação e discussão sobre PICS no município e como referência para o desenvolvimento de protocolos e projetos de pesquisa na área.

Metodologia

A análise inicial do andamento de inserção das PICS no município foi feita a partir de dados obtidos junto à CIPMPIC, consultas ao projeto de lei municipal que cria a Política Municipal de Práticas Integrativas, Complementares e Naturais em Saúde de Campina Grande (PMPICNS), e também às atas das reuniões da Comissão Intersetorial, fontes essas que continham informações acerca das unidades básicas de saúde que já fazem uso das práticas integrativas e complementares,

bem como a situação do processo para a criação do centro de práticas integrativas, complementares e naturais em saúde.

Resultados

Após a análise parcial dos dados, e salientando que o estudo ainda está em andamento e acompanhando o avanço do processo de inserção das PICS no município, constatou-se, como resultado parcial, a existência de 81 unidades básicas de saúde em funcionamento, das quais 16 já oferecem cuidados nos moldes das PICS, com 05 Unidades Básicas ofertando mais de um serviço. Ao somar o número de terapias ofertadas pelas 16 unidades, tem-se um total de 22 formas de acesso às PICS, estando disponíveis 01 serviço de Acupuntura, 03 de Auriculoterapia, 02 de Horta Fitoterápica, 01 de Shantala, 06 de Tenda do Conto, 04 de Terapia Comunitária e 05 de Oficinas de Trabalhos Manuais com Idosos.

Unidades Básicas de Saúde (UBS) que ofertam PICS na cidade de Campina Grande

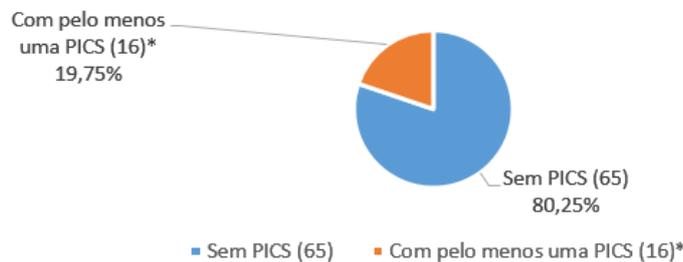


Figura 1 - Na cidade de Campina Grande, 16 UBS oferecem serviços de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. *Há UBS que oferece mais de uma modalidade de PICS.

Distribuição da oferta das PICS nas UBS de Campina Grande

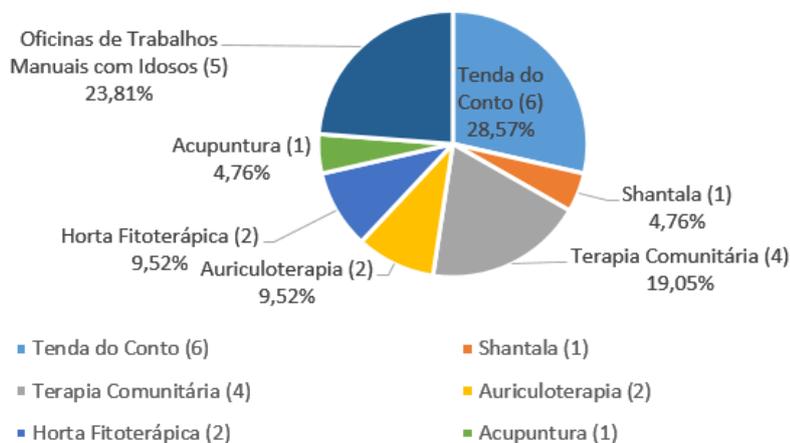


Figura 2 - Dentre as 16 UBS que oferecem as PICS como forma de cuidado, existem 5 Unidades que oferecem mais de uma modalidade de prática. No total, tem-se 22 formas de acesso às PICS na cidade de Campina Grande-PB.

Discussão

Com isso, pode-se constatar que, apesar das dificuldades encontradas para se inserir as PICS no sistema de saúde público, tem-se visto um salutar avanço, principalmente na atenção primária. As dificuldades vão desde a logística na implantação desses serviços, como pouco financiamento, escassez de material para a execução das ações, ausência de espaço físico apropriado (ISCHKANIAN; PELICIONI, 2012), até dificuldades no “como fazer” acontecer essas práticas (SCHVEITZER; ESPER; SILVA, 2012), devido à falta de capacitação dos profissionais da saúde (CONTATORE, et al., 2015) para atender toda a população, bem como diferenças intrínsecas entre a abordagem dessas práticas e a medicina moderna prevalente (ISCHKANIAN; PELICIONI, 2012) e também à falta de padronização nos estudos da área (CONTATORE, et al., 2015) (LIMA; SILVA; TESSER, 2014). Portanto, mais estudos, maiores investimentos e maior atenção precisam ser dados às práticas integrativas e complementares, uma vez que essas possuem um grande poder de resolubilidade e integram os princípios fundamentais do SUS, como a universalidade, acessibilidade, integralidade, equidade, participação social, humanização, continuidade do cuidado, vínculo e responsabilização (SCHVEITZER; ESPER; SILVA, 2012).

Conclusão

Este estudo permitiu conhecer o processo de implantação da Política Municipal de Práticas Integrativas, Complementares e Naturais em Saúde de Campina Grande (PMPICNS), o qual ainda está em curso, na cidade de Campina Grande, Paraíba. O estudo irá continuar para acompanhar o andamento desse processo e traçar o perfil de usuários do serviço. Nesse sentido, é de suma importância um estudo multicêntrico no Brasil, objetivando constatar os esforços, as dificuldades e a realidade de diferentes regiões do país na tentativa de implementação e ampliação dos serviços que têm aparo na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Referências

ANDRADE, João Tadeu de; COSTA, Liduina Farias Almeida da. Medicina complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da Antropologia médica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 497-508, sep. 2010. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29665/31537>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da saúde. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Uma realidade no SUS. **Revista brasileira saúde da família**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília, 2006. 92p.

CONTATORE, Octávio Augusto et al. Uso, cuidado e política das práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 20, n. 10, p.3263-3273, out. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152010.00312015>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

ISCHKANIAN, Paula Cristina; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Desafios das práticas integrativas e complementares no SUS visando a promoção da saúde. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 233-238, aug. 2012. ISSN 2175-3598. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/44936>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

RODRIGUES NETO, Joao Felício; FARIA, Anderson Antônio de; FIGUEIREDO, Maria Fernanda Santos. Medicina complementar e alternativa: utilização pela comunidade de Montes Claros, Minas Gerais. **Revista da Associação Médica Brasileira**, [s.l.], v. 55, n. 3, p.296-301, 2009. Elsevier BV. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-42302009000300022>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

SCHVEITZER, Mariana Cabral; SILVA, Maria Júlia Paes da; ESPER, Marcos Venicio. Práticas integrativas e complementares na atenção primária em saúde:: em busca da humanização do cuidado. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 36, n. 3, p.442-451, 2012. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/praticas_integrativas_complementares_atencao_primaria.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2017.

TELESI JÚNIOR, Emílio. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 30, n. 86, p.99-112, abr. 2016. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.00100007>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

THIAGO, Sônia de Castro S; TESSER, Charles Dalcanale. Percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre terapias complementares. **Revista de Saúde Pública**, [s.l.], v. 45, n. 2, p.249-257, abr. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89102011005000002>.> Acesso em: 26 ago. 2017.

